

Trágico mundo do Discord



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Deus me concedeu a graça de ter três filhos e uma esposa que me ajudou a conduzi-los pela vida, sem maiores dificuldades, senão as preocupações comuns a todos os pais para fazer com que um ser humano dê os primeiros passos pela vida e aprenda, assim, a mover-se por si mesmo.

Hoje tenho muitos netos e bisnetos e olho para o mundo com certo temor, pois na época em que criava meus filhos, embora com tantas atividades na carreira política e na vida literária, da qual nunca fiquei apartado, além de contar com Marly, sempre muito atenta às necessidades para a criação de um bom ser humano, tinha absoluta certeza de que, quando estavam em seus quartos, eles realmente ali se encontravam, e não em algum outro lugar do mundo, como é hoje a situação dos pais, que sofrem sem saber como lidar com esse novo passaporte que a humanidade descobriu de poder, a todo instante, se deslocar entre as nações sem gastar nada, apenas alguns toques no teclado ou até mesmo o som da própria voz.

Foi com muita perplexidade e apreensão que li a história da morte da jovem de 13 anos na plataforma digital, que se soma a tantas outras que vêm acontecendo no mundo, lentamente, dentro de suas casas, já que sua morte foi consequência de outras tantas mortes que a criança fora tendo ao longo de dias de conversa com estranhos pelo computador, até chegar ao ponto de que essas tantas mortes se transformaram em uma, a definitiva. E é esta última que nos choca. É esta última pela qual sofremos. É esta última que faz com que todos nós, ajudados

pelos meios de comunicação, gritemos: nossas crianças pedem socorro! Façamos alguma coisa.

No entanto, passado o luto, continuamos tristes, mas voltamos a silenciar sobre o tema. Mas este sofrimento que nos chocou continua pela vida afora nesses sofridos pais, nesses trágicos parentes, nos amigos, que nunca mais deixarão de olhar para uma tela de computador, celular ou tablet sem ver na hora a imagem de uma arma fatal.

Esses mágicos aparelhos, como tudo na vida, têm seus dois lados: a faca que corta o tenro legume mata; o bisturi que opera para salvar vida pode matar se nas mãos de pessoas inábeis. Por isso, nós, adultos, devemos estar sempre atentos a essas crianças que ainda não descobriram que há flores belas que trazem o perfume da morte.

Mas como ser pai no mundo de hoje? Como ter tempo para construir um patrimônio que acolha não só os momentos de agora, mas também o futuro num mundo em que as fronteiras começam a ser dissolvidas por guerras, e os mercados financeiros se divertem na roleta russa na qual os mais espertos vão ficando cada vez mais ricos e todos os outros, cada vez mais pobres?

O que fazer? Se a criança corre risco dentro de casa, se o seu quarto representa tão grande perigo, imaginem a escola e tantos outros lugares que deixaram de ser apenas um lugar de diversão para a infância. Quando as nossas crianças ali estavam podíamos ter um certo descanso ou mais tempo para nossas atividades adultas.

O mundo literário, no qual sempre estive envolvido, permite-me ver o mundo de uma forma em que relaciono a praticidade com a intuição. Interpretar personagens num romance pode parecer tolo para muitas pessoas que enxergam apenas nos números a única forma de construir sua vida. Mas por ser um intelectual ligado à literatura é que consigo melhor entender as dificuldades que estamos passando e saber que, se ficarmos desatentos, a civilização poderá encontrar seu fim.

E por meio dessa visão mais acurada da vida vejo uma saída para o momento que estamos

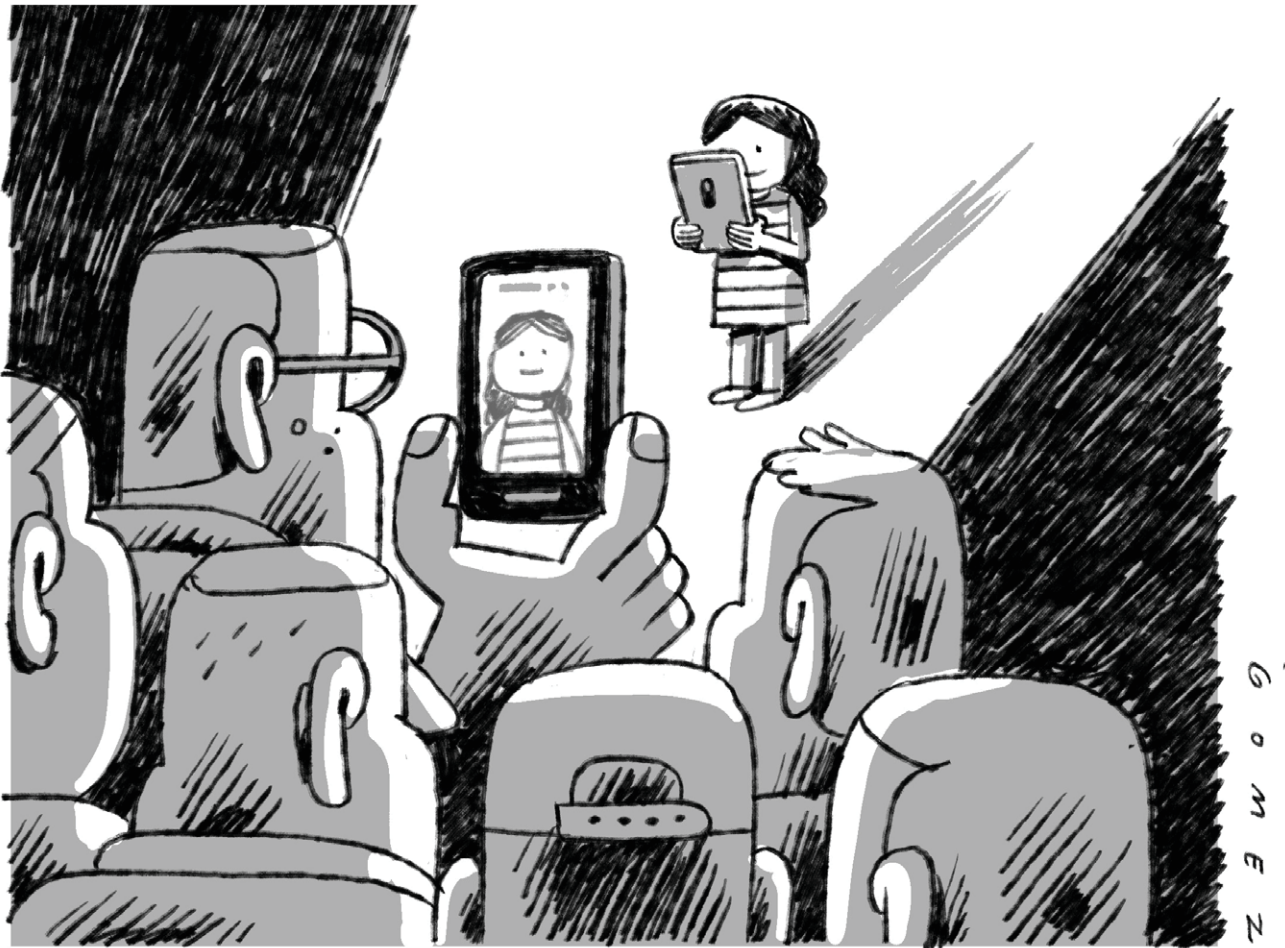
vivendo, em que os parentes não podem estar mais o tempo todo ao lado de seus filhos: caberá ao Estado construir o arcabouço de proteção para que as novas gerações não se desintegrem frente às novas tecnologias, nas quais a inteligência artificial hoje compreende e faz parte desse universo paralelo em que as crianças estão se desafiando e encontrando um orgulho pessoal na sua própria morte!

Então, nesse momento de pânico com as ameaças claras e disfarçadas, conclamo a todos que façamos um momento de reflexão e uma oração por essa criança que encontrou a morte e por todas as outras que estejam vivendo a mesma tragédia. Quanto a essas que ainda vivem essa angústia, que sejamos rápidos o suficiente para salvá-las, como conseguiu fazer o pai de uma delas que transformou sua dor, o susto pela quase morte da filha, em um alerta para todos, para que possamos evitar, enquanto é tempo, essa loucura que se espalha, invisivelmente, pelas redes de computadores.

E a todos da imprensa, peço que nos ajudem — a todos nós, pais, políticos, juízes — a fazer a população compreender que, às vezes, é preciso calar a voz assassina, mesmo correndo o risco de sermos confundidos com aqueles que estejam limitando a liberdade de expressão; às vezes confundida com censura quando um indivíduo criminoso usa esse direito para, na verdade, cometer um crime.

Oh! mundo de Dickens, com seus trágicos meninos. Oh! mundo de Drummond, “vasto mundo, se eu me chamasse Raimundo seria rima, não solução.” Oh! Jorge Amado, com seus capitães da areia!

Ainda há tempo! Unidos nessa dor, alimentados por ela, podemos acender na escuridão a chama da esperança que nos guiará a todos para um mundo no qual nossas casas, escolas e nossos parques e playgrounds voltem a ter a gostosura que tinham quando nós, adultos, vivíamos a nossa infância dos encantos de flores, sem computadores nem homem-aranha para nos iludir.



O que as redes sociais ensinam ao Estado



» ANDREA FELIPPE CABELLO
Mestre e doutora em economia pela UNB

» MARCO ANTÔNIO FARAH DE MESQUITA
Delegado de Polícia, mestre em gestão pública pela UNB, doutorando em economia política pela UNB

Agressão sofrida por um jovem de 18 anos em Águas Claras, atacado por um homem em situação de rua, rapidamente deixou de ser apenas uma ocorrência policial. Em poucos dias, o episódio dominou as redes sociais, mobilizou moradores e reacendeu o debate sobre a atuação do Estado diante de pessoas em surto e em situação de rua. Coincidência ou não, o Distrito Federal acaba de discutir um projeto de lei que amplia a atuação integrada do poder público e disciplina a internação involuntária, em situações excepcionais.

A interpretação mais comum é que casos como esse pressionam governos a agir. Mas talvez esse nem seja seu efeito mais importante. Antes de influenciar políticas públicas, as redes sociais influenciam aquilo que o Estado deixa de poder ignorar. Elas não dizem ao Estado qual é o problema mais grave. Mas influenciam fortemente

quais problemas passam a ocupar sua agenda.

É justamente aí que mora uma confusão frequente. A repercussão de um caso não significa, necessariamente, que estamos diante de uma epidemia. Um vídeo viral não mede a incidência de um problema. O caso de Águas Claras, por exemplo, não demonstra que haja uma explosão de ataques semelhantes nas ruas do Distrito Federal. Da mesma forma, o aumento dos registros de violência doméstica ou de injúria racial não significa, necessariamente, que esses crimes passaram a ocorrer com maior frequência. Em muitos casos, significa que vítimas passaram a denunciar mais e que o próprio Estado aprendeu a reconhecer e classificar situações que antes permaneciam invisíveis.

Os dois erros são igualmente perigosos. O primeiro é imaginar que a viralização de um caso revela, por si só, a gravidade estatística de um problema. O segundo é concluir que, por não medir incidência, ela é irrelevante para a formulação de políticas públicas. Não é. Casos que mobilizam a opinião pública frequentemente revelam questões que o Estado ainda não havia aprendido a enxergar.

Isso acontece porque nenhuma instituição é capaz de dedicar a mesma atenção a todos os problemas ao mesmo tempo. Recursos são escassos, equipes são limitadas e prioridades precisam ser estabelecidas diariamente. Toda burocracia faz escolhas sobre o que monitorar, registrar, investigar e priorizar. Quando um episódio ganha enorme repercussão, ele deixa de ser apenas uma ocorrência individual e passa a sinalizar que determinado tema já não pode

mais ser tratado como periférico. As respostas variam conforme a instituição: a polícia pode rever protocolos de atendimento, a assistência social reorganizar fluxos, a saúde fortalecer mecanismos de acolhimento e o Legislativo discutir mudanças normativas. Cada órgão aprende à sua maneira, mas todos passam a operar em um ambiente no qual ignorar aquele problema se torna mais custoso.

As redes sociais, portanto, não são um sistema de estatísticas. Tampouco constituem um retrato perfeito das prioridades da sociedade, já que também refletem algoritmos, grupos organizados, disputas de agenda e diferentes capacidades de mobilização. Ainda assim, funcionam como uma poderosa aproximação das preocupações que ganham relevância social e, sobretudo, como um mecanismo de descoberta de problemas que as instituições ainda não haviam incorporado plenamente à sua capacidade de ação.

Uma política de segurança pública responsiva não deve ser governada pelos assuntos do momento, mas tampouco pode ignorar os sinais que deles emergem. O papel do Estado não é transformar todo caso viral em política pública, nem descartar a repercussão como mero sensacionalismo. É investigar se aquele episódio revela um problema negligenciado, medir sua dimensão com evidências e, quando necessário, transformar esse aprendizado em protocolos, políticas e capacidades permanentes. Um vídeo viral jamais substituirá as estatísticas. Mas pode ser o primeiro alerta de que a sociedade passou a enxergar um problema que o Estado ainda não havia aprendido a ver.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Tributos varrem empresas do Brasil

O Brasil vem sendo submetido a uma política econômica cuja resposta quase automática para os problemas fiscais tem sido procurar novas fontes de arrecadação. Na falta de dinheiro, criam-se, aumentam-se, reoneram-se, restringem-se ou, simplesmente, alteram-se os tributos. O resultado é um ambiente em que produzir, investir e empregar se tornou uma atividade submetida não apenas aos riscos naturais do mercado, mas também à permanente instabilidade de um Estado que, incapaz de controlar de forma convincente o crescimento de suas próprias despesas, volta seus olhos para quem ainda tenta produzir riquezas.

A lógica é simples: o setor produtivo deve financiar indefinidamente uma máquina pública ou um governo cada vez mais caro. Assistimos a uma sucessão de medidas destinadas a ampliar ou preservar a arrecadação: mudanças na tributação de investimentos, fundos exclusivos e subvenções; alterações no tratamento dos Juros sobre Capital Próprio; limitações a compensações tributárias; reoneração gradual da folha de pagamentos e outras iniciativas voltadas a reforçar o ralo aberto das receitas públicas.

Enquanto Brasília discute como arrecadar mais, o Brasil real começa a mostrar o outro lado da conta. Fábricas fecham. Unidades produtivas são desativadas. Lojas desaparecem. Empresas entram em recuperação judicial. Investimentos são adiados. Empregos são cortados. E a pergunta inevitável é até onde se pode apertar uma economia sem comprometer aqueles que produzem a riqueza que sustenta o próprio Estado.

O que mais se verifica hoje em todas as capitais do país são ruas comerciais, outrora movimentadas e cheias de fregueses, com dezenas ou centenas de lojas de portas cerradas, numa desolação que nos lembra a Venezuela. Os casos concretos ajudam a compreender a dimensão do problema.

Em janeiro de 2025, a M. Dias Branco fechou sua fábrica de Lençóis Paulista, no interior de São Paulo. Quase 500 trabalhadores foram demitidos e a produção foi transferida para outras unidades do grupo. Empresas fecham quando os custos se acumulam, quando a margem desaparece, quando o crédito fica caro, quando a concorrência se torna desigual, quando a burocracia consome recursos, quando os impostos pesam e quando a insegurança impede o planejamento. No fim da conta, torna-se mais racional fechar uma unidade do que continuar produzindo.

Em 2024, duas unidades da indústria química interromperam suas atividades. A Fortal Química, do grupo Formitex, paralisou por tempo indeterminado sua fábrica em Candeias, na Bahia. A Rhodia, controlada pela Solvay, interrompeu a produção de bisfenol em sua unidade de Paulínia, em São Paulo, instalada desde 1980. A pressão dos produtos importados, sobretudo asiáticos, foi apontada como fator central para as decisões.

Quando uma indústria instalada no Brasil precisa disputar mercado com produtos vindos de países onde a estrutura de custos é diferente, o chamado Custo Brasil deixa de ser uma expressão acadêmica e se transforma em sentença econômica. A empresa estrangeira não precisa enfrentar a mesma selva tributária, navegar pelo mesmo labirinto burocrático ou carregar sobre os ombros o peso de uma máquina estatal que, diante de cada dificuldade fiscal, procura novas formas de arrecadar. O resultado é perverso. O produto importado entra, a indústria nacional reduz produção, a fábrica perde competitividade, o trabalhador perde o emprego e o Estado, que deveria estar preocupado em preservar a capacidade produtiva nacional, continua procurando onde poderá buscar a próxima receita.

Vamos analisar o exemplo do Grupo Casas Bahia, que, desde 2023, entrou em profundo processo de redução de sua estrutura, com fechamento de lojas e milhares de desligamentos. A empresa passou a enfrentar uma combinação de endividamento, juros elevados, inadimplência e transformação acelerada do varejo. E cada nova exigência tributária é mais um peso colocado sobre quem já cambaleia. O Brasil registrou nos últimos anos números extremamente elevados de empresas recorrendo à recuperação judicial. A pressão dos juros, do crédito restrito, do endividamento e da desaceleração econômica atingiu diversos setores, incluindo varejo, transporte, logística e agronegócio. Não é possível olhar para esse cenário e fingir que a política tributária não importa.

Em uma economia saudável, a empresa precisa de margem para respirar, investir, atravessar períodos ruins, contratar, inovar e competir. Cada vez que o Estado aumenta o custo de funcionamento da economia, essa margem diminui. E uma empresa sem margem é uma empresa vulnerável. O governo costuma apresentar o aumento da arrecadação como sinal de sucesso. Arrecadou mais. Bateu recorde. Criou novas fontes de receita.

Mas existem perguntas que raramente aparecem nas comemorações oficiais: quanto custa para a economia produzir cada real que o Estado arrecada? Quanto investimento deixa de ser realizado? Quantas contratações são adiadas? Quantas pequenas empresas fecham sem jamais aparecer nas manchetes? Quantos empresários simplesmente desistem? Quantas fábricas reduzem turnos? Quantas unidades são transferidas para outros países ou substituídas por produtos importados? A tragédia econômica acontece silenciosamente. A pequena confecção que não suporta os custos, a indústria química que interrompe a produção, a fábrica de pneus que fecha, a unidade alimentícia que transfere sua produção ou o empresário que decide não abrir uma nova unidade. Esses são os cadáveres invisíveis do manicômio tributário. Não aparecem todos juntos em uma fotografia. Mas estão espalhados pelo país.

» A frase que foi pronunciada

“Na cobrança de impostos e na tosquia de ovelhas, é bom parar quando se chega à pele.”

Austin O'Malley

» História de Brasília

E esclarece mais, examinando justamente os casos dos possuidores de dupla nacionalidade (caso de Mazzola e Sormani): “O que lhe importa (ao Brasil) é saber que o seu nacional prefere outra nacionalidade. (Publicada em 25.05.1962)